

SIMULADO **2ª FASE**

XXVII EXAME DE ORDEM DA OAB

DIREITO TRIBUTÁRIO



Estratégia
OAB

2º Simulado OAB

XXVII Exame de Ordem

Olá, alunos do **Estratégia OAB!**

Enfim, chegamos a nossa última aula. Foi um prazer imenso participar da preparação de vocês ao longo dessa caminhada. E, para “fecharmos com chave de ouro”, apresento a seguir o nosso **2º simulado**.

Mais uma vez, destaco que esse treinamento **não terá uma correção individualizada**. Entretanto, você poderá consultar o gabarito completo, bem como acompanhar nossa **correção ao vivo pelo Youtube no dia 12.01.19, às 14 horas**. Ainda sim, nas últimas páginas desse material, consta uma régua de correção completa para que possa incrementar ainda mais os estudos. ;)

- 1) O simulado acontecerá nos moldes do edital XXVII Exame de Ordem. A peça processual equivalerá a 5,0 (cinco) pontos. O aluno deverá desenvolver um texto em forma de peça processual jurídica com, no máximo, 150 linhas. Para as respostas das questões discursivas, a extensão máxima do texto será de 30 (trinta) linhas para cada.*
- 2) Procure realizar o simulado nas condições reais do dia da prova. (tempo, ambiente, material de consulta...lanche...enfim...rs)*

Um ótimo simulado a todos. ;)

Prof. Rodrigo Martins



Peça Prático-Profissional

A pessoa jurídica XPTO Ltda., sediada no Município Beta (capital do Estado "X"), onde tem seu único estabelecimento, dedica-se à atividade de prestação de serviços de manutenção e de locação de máquinas e equipamentos de informática. Todos os clientes da empresa XPTO Ltda. estão estabelecidos no Município Alfa (que corresponde à respectiva Comarca), para o qual o ISS incidente sobre as referidas atividades vem sendo recolhido desde janeiro de 2017. Ocorre que o administrador da empresa não concorda com esses recolhimentos, razão pela qual parou de efetuá-los. Nesse contexto, considerando que o administrador contratou você, como advogado(a), para patrocinar a causa da empresa, entregando-lhe todos os documentos comprobatórios dos referidos recolhimentos, redija a medida judicial adequada para repetir, em pecúnia, os pagamentos efetuados. (Valor: 5,00)

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

Peça Processual - Folha de resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	

62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	

93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	

124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

Questão Discursivas 01

Determinado Estado instituiu alíquotas diferenciadas de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) entre veículos nacionais e importados. A alíquota dos veículos importados será o dobro à alíquota dos veículos nacionais. Tício, proprietário de um veículo importado, impetrou Mandado de Segurança questionando a diferença entre as alíquotas. No entanto, o juiz de 1ª instância determinou a realização do depósito integral do montante do débito discutido, sob pena de extinção do processo sem análise do mérito, por entender que o depósito é requisito de admissibilidade da ação judicial, nos termos do caput do art. 38 da Lei Federal nº 6.830/80. Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

- A) As alíquotas do IPVA podem ser diferenciadas em razão da procedência do veículo?
B) O juiz agiu corretamente ao exigir a realização do depósito está correto?

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Questão 01 - Folha de resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursivas 02

O Estado ABC ajuizou execução fiscal em face da pessoa jurídica "X" para a cobrança de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) referente aos anos-calandários de 2015 e 2016. Após ser citada, a Executada apresentou Embargos à Execução (posteriormente à regular garantia da execução), objetivando a extinção do processo, sobre o fundamento de que o Exequente não instruiu a petição inicial com o demonstrativo de cálculo do débito, o que inviabiliza a sua ampla defesa. A Executada alega, ainda, que o crédito tributário em questão não poderia ser objeto de execução, pois não foi realizado, por parte da Fazenda do Estado Exequente, o prévio lançamento por meio de processo administrativo regularmente instaurado. Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

A) A falta do demonstrativo de cálculo do débito deve levar à extinção da Ação de Execução Fiscal?

B) A falta de prévio lançamento por meio de processo administrativo impede a execução do crédito?

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Questão 02 - Folha de resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursivas 03

A pessoa jurídica XPTO dedica-se à atividade de prestação de serviços educacionais (cursos e treinamentos). Apesar de estar em funcionamento há quase 1 (um) ano, ainda não tem personalidade jurídica, pois os sócios nunca registraram o contrato social. Por isso a empresa não tem CNPJ, inscrição municipal ou sequer alvará de funcionamento. Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

A) A empresa está obrigada ao pagamento do ISS? Fundamente.

B) A empresa possui domicílio tributário? Fundamente.

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Questão 03 - Folha de resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursivas 04

O grupo empresarial X adquiriu um grande terreno situado no Município Y, no qual construiu um *shopping center*. Em razão do empreendimento, o Prefeito houve por bem recapear as ruas do entorno, que já eram asfaltadas e que se encontravam cheias de buracos por falta de manutenção. Como o empreendimento ocasionou a valorização dos imóveis na região, o referido Município editou lei instituindo a correspondente contribuição de melhoria, a ser cobrada dos proprietários dos imóveis beneficiados já a partir do próximo ano. Um dos proprietários pretende ajuizar, já no ano anterior ao da cobrança, ação contra essa exigência tributária, mas não quer sofrer eventual condenação em honorários advocatícios. Sobre a hipótese descrita, responda os itens a seguir:

A) Ocorreu o fato gerador do tributo em questão? Fundamente.

B) Qual a ação cabível segundo as necessidades do referido proprietário do bem imóvel?

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Questão 04 - Folha de resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

